

Manual do Sistema de Ressarcimento Eletrônico

- Versão 2.1.9 -

Regras e fundamentação legal

Corregedoria-Geral da Justiça

14/08/2019

Nota da versão 2.1.9:

- 1) Inclusão das regras 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323 e 370.

Nota da versão anterior (2.1.8):

- 1) Alteração das regras 147 e 148 para **incluir** no seu enunciado o texto “o N° Matrícula padrão nacional CNJ”.
- 2) Alteração nas regras 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 241, 246 e 247, para **descontinuar** como **tipo de cobrança** admitido a previsão legal:
 - Isento (Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV);
- 3) Exclusão das regras 206, 210, 211, 213, 214, 215, 216 e 218;
- 4) Alteração da regra 289 para excluir os atos 214, 216, 235, 237, 242, 244, 246 e 248.

INTRODUÇÃO

A Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do seu Núcleo IV – Serventias Extrajudiciais – torna públicas as regras que serão utilizadas no novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos, que se encontra em fase de desenvolvimento.

O objetivo desta documentação é o de possibilitar que os delegatários dos serviços notariais e de registros possam adequar os procedimentos internos relacionados à lavratura de atos extrajudiciais praticados com isenção de emolumentos aos requisitos de ordem técnica que serão sopesados pelo sistema de ressarcimento, de modo que, em tempo oportuno, encontrem-se plenamente preenchidos.

Buscou-se, igualmente, detalhar, em relação a cada ato previsto no Regimento de Custas e Emolumentos de Santa Catarina (Lei Complementar n. 156/1997), os requisitos técnicos necessários à percepção futura do ressarcimento devido. De posse destas informações, os delegatários poderão adequar os seus procedimentos internos, qualificar os seus prepostos e proceder aos necessários ajustes no seu sistema informatizado de automação, de modo a adequá-los aos requisitos dispostos neste documento.

O presente manual também objetiva fornecer elementos visuais específicos para que os delegatários possam compreender com exatidão as novas regras de inspeção virtual que entrarão em vigor no dia 10 de dezembro de 2014 (nos relatórios referentes aos atos praticados no mês de novembro de 2014), em um total de 136 (cento e trinta e seis) novas regras, todas elas construídas com o objetivo de avaliar a qualidade dos atos em tese passíveis de ressarcimento.

Todo esse procedimento antecede as etapas finais de desenvolvimento do novo sistema de ressarcimento eletrônico, previsto para entrar em operação no primeiro semestre de 2015. A implantação da nova ferramenta eletrônica será precedida, igualmente, do competente projeto piloto, na fase de testes/homologação.

Quaisquer dúvidas poderão ser submetidas à assessoria por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E), nos termos do art. 60 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Atenciosamente,
Assessoria Extrajudicial
Núcleo IV – Serventias Extrajudiciais
Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Regra: 70 - Ato que apresenta tipo de cobrança 'isento' mas que consigna valores diferentes de 'ZERO' nos campos 'valor de emolumentos' e/ou 'valor do ato'.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Quando o tipo de cobrança for apontado como 'isento', deve-se enviar valor 'ZERO' nos campos 'valor de emolumentos' e/ou 'valor do ato', de acordo com as normas técnicas do projeto do Selo Digital, disponíveis em <http://selo.tjsc.jus.br> (Circular n. 25, de 30 de novembro de 2012).

Regra: 125 - O tipo de ato informado não condiz com tipo previsto para o modelo de ato utilizado, conforme a documentação técnica do projeto do Selo Digital de Fiscalização.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Adequar o sistema para informar os tipos de atos admitidos pelo tipo de modelo XSD utilizado, de acordo com a documentação técnica do projeto do Selo Digital de Fiscalização, de acordo com as normas técnicas do projeto do Selo Digital, disponíveis em <http://selo.tjsc.jus.br> (Circular n. 25, de 30 de novembro de 2012).

Regra: 130 - Ausência do envio das informações do solicitante na estrutura do ato selado, em desconformidade com o disposto na Circular n. 25, de 30 de novembro de 2012.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: De acordo com a Circular n. 25, de 30 de novembro de 2012, as informações obrigatórias do solicitante, referentes ao seu nome e documento, devem ser enviadas na estrutura do ato selado, como forma de subsidiar os demais sistemas informatizados mantidos pelo Poder Judiciário. Caso a informação seja coletada pelo sistema, a empresa fornecedora deve ser contatada de modo que os dados sejam remetidos na estrutura do ato selado ao sistema do Selo Digital de Fiscalização em futuros atos praticados.

Regra: 147 - Ato que ostenta tipo de cobrança 'Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 30 - Reg. Nascimento, Natimorto e Óbito c/ 1ª Certidão)' ou 'Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção)' enviado com número de declaração de nascido vivo (DNV) ou o Nº Matrícula padrão nacional CNJ já utilizado na lavratura de registro anterior.

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de Nascimento - Tab. V, n. 1, item I do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CNascimento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 307 - Certidão de Nascimento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 30 - Reg. Nascimento, Natimorto e Óbito c/ 1ª Certidão);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção).
-

Regra: 148 - Ato que ostenta tipo de cobrança 'Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 30 - Reg. Nascimento, Natimorto e Óbito c/ 1ª Certidão)', enviado com número de declaração de óbito (DO) ou o Nº Matrícula padrão nacional CNJ já empregado na lavratura de registro anterior.

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de Óbito - Tab. V, n. 1, item I, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CObito

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 309 - Certidão de Óbito

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 30 - Reg. Nascimento, Natimorto e Óbito c/ 1ª Certidão);
-

Regra: 149 - Ausência da informação do número de série do selo de fiscalização utilizado no ato retificado, em se tratando de ato retificador.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de ato retificador, espera-se que o campo referente ao número de série do selo utilizado no ato retificado seja enviado, no campo "numeroSeloOriginal". A ausência desta informação desencadeia a impossibilidade de exibição, no Portal de Consulta Pública, da vinculação entre o ato retificado e o seu respectivo retificador.

Regra: 150 - Número de série do selo de fiscalização utilizado no ato retificado inválido, em se tratando de ato retificador.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de ato retificador, necessário que o campo "numeroSerieSeloOriginal" seja preenchido com um número de série de selo válido, correspondente àquele utilizado no ato retificado.

Regra: 151 - Data de solicitação do ato enviada com data posterior à da lavratura do ato.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: O campo "data de solicitação do ato" deve ser preenchido com data anterior, ou ao menos idêntica, à da lavratura do ato (campo "dataAto"). Não se admite, portanto, seja o ato solicitado após a sua lavratura.

Regra: 152 - Ato enviado sem as informações do tipo e do número do processo judicial em que o benefício foi deferido.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais).

Explicação: Em se tratando de hipótese de isenção decorrente de determinação judiciária, necessário sejam informados os dados do processo judicial em que deferido o benefício. Do contrário, não será possível realizar-se a vinculação do ato ao processo, impossibilitando o ressarcimento do ato gratuito praticado.

Regra: 153 - Ato enviado com informações inválidas do tipo e do número do processo judicial em que o benefício foi deferido.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais).

Explicação: Em se tratando de hipótese de isenção decorrente de determinação judiciária, necessário sejam informados os dados do processo judicial em que deferido o benefício, de forma válida. Não se admite, portanto, sejam enviadas informações de escape, sequências de número zero, expressões do tipo "não informado" e número do processo fora do padrão CNJ. Do contrário, não será possível realizar-se a vinculação do ato ao processo, impossibilitando o ressarcimento do ato gratuito praticado.

Regra: 154 - Ato que ostenta tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual)' enviado sem código do tipo de ente, de acordo com a tabela padronizada "Ente Declarado de Utilidade Pública Estadual".

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

Explicação: Em se tratando de hipótese de isenção de emolumentos referente à ato praticado em benefício de entidade sem fim lucrativo declarada de utilidade pública estadual, deve-se, obrigatoriamente, escolher a entidade beneficiada de acordo com a listagem fornecida pelo Poder Judiciário, por meio de tabela padrão alimentada diretamente no sistema. Do contrário, caso não preenchido o campo, ou caso informado código inválido, não será possível realizar-se o ressarcimento dos ato gratuito praticado.

Regra: 155 - Ato que ostenta tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual)' enviado com código inválido do tipo de ente, em desacordo com a Tabela Padronizada "Ente Declarado de Utilidade Pública Estadual".

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de hipótese de isenção de emolumentos referente à ato praticado em benefício de entidade sem fim lucrativo declarada de utilidade pública estadual, deve-se, obrigatoriamente, escolher a entidade beneficiada de acordo com a listagem fornecida pelo Poder Judiciário, por meio de tabela padrão alimentada diretamente no sistema. Do contrário, caso não preenchido o campo, ou caso informado código inválido, não será possível realizar-se o ressarcimento dos ato gratuito praticado.

Regra: 156 - Certidão de óbito enviada sem a informação do nome do 'de cujus'.

Modelo do sistema do Selo Digital: Cobito

Explicação: Nos atos de certidão de óbito, necessário seja informado o nome do 'de cujus', informação necessária para a realização do procedimento de ressarcimento do ato gratuito praticado.

Regra: 157 - Certidão de casamento com tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'g' - Habilitação de Casamento p/ os Reconhecidamente Pobres)' enviada sem as informações complementares do ato (se o casamento realizou-se dentro do perímetro urbano, dentro da serventia, dentro do expediente e se foi coletivo).

Modelo do sistema do Selo Digital: CCasamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 302 - Certidão de Casamento

Explicação: Para que seja possível a efetivação do ressarcimento da habilitação de casamento gratuita, necessário sejam remetidas as informações complementares do ato, como se o casamento se realizou dentro do perímetro urbano, se dentro da serventia, se dentro do expediente ou se se tratou de casamento coletivo. Apenas com estas informações será possível realizar-se o cálculo preciso do valor a ser ressarcido. Sem elas, não será realizado o ressarcimento do ato gratuito praticado.

Regra: 158 - Certidão de cancelamento de protesto por 'determinação judicial' lavrada com selo diferente de isento.

Modelo do sistema do Selo Digital: CCancelamentoProtesto

Explicação: Em se tratando de ato de cancelamento de protesto por força de determinação judicial, deve-se, obrigatoriamente, fazer nele constar um selo do tipo isento. Do contrário, não será possível realizar-se o ressarcimento do ato gratuito praticado.

Regra: 159 - Certidão de cancelamento de protesto por 'determinação judicial' lavrada sem as informações do tipo e do número do processo judicial.

Modelo do sistema do Selo Digital: CCancelamentoProtesto

Explicação: Em se tratando de ato praticado em decorrência de decisão judicial, necessário sejam informados os dados do processo judicial respectivo. Do contrário, não será possível realizar-se a vinculação do ato ao processo, impossibilitando o ressarcimento do ato gratuito praticado.

Regra: 160 - Ato de enviado sem as informações do número de unidades autônomas

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 418 - Registro de Loteamento e Desmembramento

Explicação: Em se tratando de ato de registro de incorporação, de loteamento ou de desmembramento, necessário sejam enviadas as informações do número de unidades autônomas, de modo que seja possível calcular-se o valor do ato a ser ressarcido.

Regra: 161 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Nascimento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de Nascimento - Tab. V, n. 1, item I do RCE;

Certidões 2ª via de nascimento, óbito ou casamento - Tab. V, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CNascimento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 307 - Certidão de Nascimento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 30 - Reg. Nascimento, Natimorto e Óbito c/ 1ª Certidão);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Federal n. 8.560/92, Art. 2º - Ausência de Paternidade);
- Isento (Lei Federal n. 9.265/96, Art. 1º - Certidão Exercício da Soberania Popular e Alistamento Militar);
- Isento (Lei Estadual n. 13.671/05, Art. 1º, caput e § 3º - Certidão de 2ª Via de Nascimento, Casamento e Óbito);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 5º e § 6º - Reconhecimento de Paternidade);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Regra: 162 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Óbito).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de Óbito - Tab. V, n. 1, item I, do RCE;

Certidões 2ª via de nascimento, óbito ou casamento - Tab. V, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CObito

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 309 - Certidão de Óbito

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 30 - Reg. Nascimento, Natimorto e Óbito c/ 1ª Certidão);

- Isento (Lei Estadual n. 13.671/05, Art. 1º, caput e § 3º - Certidão de 2ª Via de Nascimento, Casamento e Óbito);
 - Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
 - Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
 - Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
 - Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
 - Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
-

Regra: 163 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Natimorto).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de Natimorto - Tab. V, n. 1, item I, do RCE;

Certidões 2ª via de nascimento, óbito ou casamento - Tab. V, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: Cnatimorto

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 308 - Certidão de Natimorto

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 30 - Reg. Nascimento, Natimorto e Óbito c/ 1ª Certidão);
 - Isento (Lei Estadual n. 13.671/05, Art. 1º, caput e § 3º - Certidão de 2ª Via de Nascimento, Casamento e Óbito);
 - Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
 - Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
 - Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
 - Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
 - Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
-

Regra: 164 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Casamento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidões 2ª via de nascimento, óbito ou casamento - Tab. V, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CCasamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 302 - Certidão de Casamento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Estadual n. 13.671/05, Art. 1º, caput e § 3º - Certidão de 2ª Via de Nascimento, Casamento e Óbito);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'g' - Habilitação de Casamento p/ os Reconhecidamente Pobres);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 165 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Habilitação de Casamento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Habilitação de Casamento - Tab. V, n. 3, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CHabilitacaoCasamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 304 - Certidão de Habilitação de Casamento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'g' - Habilitação de Casamento p/ os Reconhecidamente Pobres);

Regra: 166 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Notarial).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Tabelionato Notas - Tab. I, n. 9, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 348 - Certidão Notarial

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 155/97, Art. 3º - Certidão de Honorários Advocatícios);

• Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

• Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

• Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

• Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 167 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Negativa de Bens).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Reg. Imóveis - Tab. II, n. 3, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CNegativaBens

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 406 - Certidão Negativa de Bens

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 168 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Ônus).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Reg. Imóveis - Tab. II, n. 3, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CONus

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 405 - Certidão de Ônus

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 169 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Reipersecutória).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Reg. Imóveis - Tab. II, n. 3, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CReipersecutoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 407 - Certidão Reipersecutória

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 170 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Vintenária).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Reg. Imóveis - Tab. II, n. 3, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CVintenaria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 408 - Certidão Vintenária

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 171 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Títulos e Documentos).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Titulos Documento - Tab. III, n. 5, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 350 - Certidão Titulos e Documentos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 172 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Ausência).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Pessoa Natural - Tab. VII, n. 1, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CAusencia

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 301 - Certidão de Ausência

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);

- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);

- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);

- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 173 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Emancipação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Pessoa Natural - Tab. VII, n. 1, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CEmancipacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 303 - Certidão de Emancipação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 174 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Interdição).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Pessoa Natural - Tab. VII, n. 1, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CInterdicao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 305 - Certidão de Interdição

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 175 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Morte Presumida).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Pessoa Natural - Tab. VII, n. 1, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CMortePresumida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 306 - Certidão de Morte Presumida

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);

- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 176 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Negativa - RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Pessoa Natural - Tab. VII, n. 1, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 438 - Certidão Negativa - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 177 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Personalidade Jurídica).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Pessoa Juridica - Tab. IV, n. 5, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CPersonalidadeJuridica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 312 - Certidão de Personalidade Jurídica

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);

- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 178 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Autenticação de Documentos).

Ato do Regimento de Emolumentos: Autenticação - Tab. VII, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: Autenticacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 201 - Autenticação de Documentos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 179 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Adjudicação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 219 - Escritura de Adjudicação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 180 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Adjudicação de Herança, Legado ou Meação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 220 - Escritura de Adjudicação de Herança, Legado ou Meação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 181 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Arrematação em Hasta Pública).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 221 - Escritura de Arrematação em Hasta Pública

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 182 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Cessão de Direitos).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 222 - Escritura de Cessão de Direitos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 183 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Compra e Venda).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 204 - Escritura de Compra e Venda

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 184 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Dação em Pagamento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 223 - Escritura de Dação em Pagamento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 185 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Doação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 205 - Escritura de Doação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 186 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Doação em Adiantamento da Legítima).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 218 - Escritura de Doação em Adiantamento da Legítima

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto

preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 187 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Permuta).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 224 - Escritura de Permuta

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 188 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Promessa de Cessão de Direitos).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 225 - Escritura de Promessa de Cessão de Direitos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 189 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Promessa de Compra e Venda).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 226 - Escritura de Promessa de Compra e Venda

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 190 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Reconhecimento de Dívida).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ECompraVendaDoacaoConfDivida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 206 - Escritura de Reconhecimento de Dívida

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 191 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Desapropriação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 229 - Escritura de Desapropriação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 192 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Dissolução de Sociedade).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 230 - Escritura de Dissolução de Sociedade

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 193 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Distrato de Negócio).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 231 - Escritura de Distrato de Negócio

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 194 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Incorporação e loteamento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 232 - Escritura de Incorporação e loteamento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 195 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Integralização/Subscrição de capital).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 233 - Escritura de Integralização/Subscrição de capital

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 196 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Retorno de Capital próprio).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 234 - Escritura de Retorno de Capital próprio

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 197 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura Declaratória com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 227 - Escritura Declaratória com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 198 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Inventário e Partilha com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EInventarioPartilha

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 236 - Escritura de Inventário e Partilha com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal).
-

Regra: 199 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Conversão da Separação em Divórcio com Partilha).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESeparacaoDivorcioPartilha

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 247 - Escritura de Conversão da Separação em Divórcio com Partilha

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal).
-

Regra: 200 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Dissolução de União Estável com Partilha).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESeparacaoDivorcioPartilha

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 245 - Escritura de Dissolução de União Estável com Partilha

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal).
-

Regra: 201 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Divórcio e Partilha com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESeparacaoDivorcioPartilha

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 243 - Escritura de Divórcio e Partilha com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal).
-

Regra: 202 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Partilha).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESeparacaoDivorcioPartilha

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 249 - Escritura de Partilha

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal).

Regra: 203 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Separação e Partilha com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESeparaçãoDivorcioPartilha

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 241 - Escritura de Separação e Partilha com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal) .
-

Regra: 204 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Sobrepartilha).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESeparaçãoDivorcioPartilha

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 250 - Escritura de Sobrepartilha

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal).
-

Regra: 205 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Testamento com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura com valor - Tab. I, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ETestamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 253 - Escritura de Testamento com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 207 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Revogação de Testamento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura sem valor - Tab. I, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 256 - Escritura de Revogação de Testamento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 208 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura Declaratória sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura sem valor - Tab. I, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EDeclaratoria

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 228 - Escritura Declaratória sem valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 209 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Emancipação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura sem valor - Tab. I, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EEmancipacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 213 - Escritura de Emancipação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
-

Regra: 212 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Revogação de Procuração).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura sem valor - Tab. I, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EProcuracao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 240 - Escritura de Revogação de Procuração

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 217 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Testamento sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Escritura sem valor - Tab. I, n. 2, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ETestamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 254 - Escritura de Testamento sem valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 219 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Procuração sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. Comum - Tab. I, n. 6, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EProcuracao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 239 - Escritura de Procuração sem valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 220 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Substabelecimento sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. Comum - Tab. I, n. 6, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESubestabelecimento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 252 - Escritura de Substabelecimento sem valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 221 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Procuração com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. ad negotia - Tab. I, n. 6, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EProcuracao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 238 - Escritura de Procuração com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 222 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Substabelecimento com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. ad negotia - Tab. I, n. 6, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESubestabelecimento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 251 - Escritura de Substabelecimento com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 223 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Cancelamento de Protesto).

Ato do Regimento de Emolumentos: Cancelamento de protesto - Tab. I, n. 7, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CCancelamentoProtesto

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 103 - Certidão de Cancelamento de Protesto

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 224 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Reconhecimento de Firma por Autenticidade).

Ato do Regimento de Emolumentos: Reconhecimento de firma ou letra - Tab. I, n. 8, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: RecFirmaAutenticidade

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 202 - Reconhecimento de Firma por Autenticidade

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 225 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Reconhecimento de Firma por Semelhança).

Ato do Regimento de Emolumentos: Reconhecimento de firma ou letra - Tab. I, n. 8, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: RecFirmaSemelhanca

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 203 - Reconhecimento de Firma por Semelhança

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 226 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Reconhecimento de Firma por Sinal Público).

Ato do Regimento de Emolumentos: Reconhecimento de firma ou letra - Tab. I, n. 8, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: RecFirmaSinalPublico

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 217 - Reconhecimento de Firma por Sinal Público

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 227 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Notificação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Notificação Extrajudicial - Tab. III, n. 3, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CNotificacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 314 - Certidão de Notificação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 228 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Registro de Pessoa Jurídica sem fins econômicos).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. IV, n. 1, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroPJ

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 320 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica sem fins econômicos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'n' - Entidade Sem Fim Lucrativo);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Federal n. 12.879/2013 - Adaptação estatutária das associações de moradores);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 229 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbção sem valor - RCPJ).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação sem valor - Tab. IV, n. 3, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroPJ

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 322 - Certidão de Averbação sem valor - RCPJ

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'n' - Entidade Sem Fim Lucrativo)

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 230 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Cancelamento sem valor - RCPJ).

Ato do Regimento de Emolumentos: Cancelamento sem valor - Tab. IV, n. 3, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 343 - Certidão de Cancelamento sem valor - RCPJ

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'n' - Entidade Sem Fim Lucrativo);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 231 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Ausência com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CAusencia

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 434 - Registro de Ausência com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
-

Regra: 232 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Emancipação com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CEmancipacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 435 - Registro de Emancipação com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
-

Regra: 233 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Interdição com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CInterdicao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 436 - Registro de Interdição com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', somente admite-se como solicitante interventor o Ministério Público ou a Defensoria Pública.

Regra: 234 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Morte Presumida com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CMortePresumida

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 437 - Registro de Morte Presumida com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
-

Regra: 235 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Retificação de Registro - RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Retificação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 352 - Certidão de Retificação de Registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 236 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de averbação de registro - RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 439 - Certidão de averbação de registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 5º e § 6º - Reconhecimento de Paternidade);
-

Regra: 237 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Restauração de Registro - RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Restauração - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 347 - Certidão de Restauração de Registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
-

Regra: 238 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Cancelamento de Registro - RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Cancelamento - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 344 - Certidão de Cancelamento de Registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 239 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Anulação de Casamento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 7, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 332 - Certidão de Averbação de Anulação de Casamento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);

Regra: 240 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Ato de Restabelecimento de Sociedade Conjugal).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação -Tab. V, n. 7, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 333 - Certidão de Averbação de Ato de Restabelecimento de Sociedade Conjugal

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
-

Regra: 241 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Divórcio).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação -Tab. V, n. 7, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 334 - Certidão de Averbação de Divórcio

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) - Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV).
-

Regra: 242 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Estrutura de Adoção ou Ato que a Dissolver).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação -Tab. V, n. 7, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 335 - Certidão de Averbação de Estrutura de Adoção ou Ato que a Dissolver

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 243 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Sentença de Nulidade).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação -Tab. V, n. 7, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 340 - Certidão de Averbação de Sentença de Nulidade

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 244 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Separação Judicial).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 7, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 341 - Certidão de Averbação de Separação Judicial

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 245 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Ilegitimidade de Filiação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 7, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 336 - Certidão de Averbação de Ilegitimidade de Filiação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 246 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Nome ou Abreviatura).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 7, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 337 - Certidão de Averbação de Nome ou Abreviatura

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
 - Isento (Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) - Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV).
-

Regra: 247 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Registro - RCPN (demais atos Tabela V, item 7, inciso II)).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 7, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 351 - Certidão de Averbação de Registro - RCPN (demais atos Tabela V, item 7, inciso II)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);

- Isento (Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) - Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV).
-

Regra: 248 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Sentença que puser termo à interdição, de substituição de curadores de interditos).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 7, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 338 - Certidão de Averbação de Sentença que puser termo à interdição, de substituição de curadores de interditos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
-

Regra: 249 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Sentença de Legitimação).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 7, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 339 - Certidão de Averbação de Sentença de Legitimação

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
 - Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
-

Regra: 250 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de anotação feita no próprio cartório, em obediência ao regulamento dos registros públicos – RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação (de anotação) -Tab. V, n. 7, item III do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 440 - Certidão de anotação feita no próprio cartório, em obediência ao regulamento dos registros públicos – RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Ato decorrente de Registro Gratuito – RCPN).

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 252 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro com Valor - Registro de Imóveis).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro com valor - Tab. II, n. 1, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 427 - Registro com Valor - Registro de Imóveis

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Federal n. 9.532/97, Art. 64, § 5º - Arrolamento de Bens / Fisco);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 8.629/93, Art. 26-A – Imóvel Rural Reforma Agrária);
- Isento (Registro de Usucapião Extrajudicial Para os Declarados Pobres, CF, art. 5º LXXIV);
- Isento (Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) - Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV).

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 254 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro sem Valor - Registro de Imóveis).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro sem valor - Tab. II, n. 1, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 428 - Registro sem Valor - Registro de Imóveis

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) - Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV).

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto

preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 255 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Averbação com Valor - Registro de Imóveis).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação com valor - Tab. II, n. 2, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 410 - Averbação com Valor - Registro de Imóveis

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) - Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV).

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 256 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Averbação sem Valor - Registro de Imóveis).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação sem valor - Tab. II, n. 2, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 411 - Averbação sem Valor - Registro de Imóveis

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 4.380/64, Art. 59 - Contratos Imobiliários de Interesse Social);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) - Declaração de Pobreza, CF, art. 5º LXXIV).
- Isento (Lei Federal n. 9.532/97, Art. 64, § 5º - Arrolamento de Bens / Fisco);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 257 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Abertura de Matrícula de incorporação ou instituição de condomínio, loteamentos e desmembramentos).

Ato do Regimento de Emolumentos: Abertura de matrícula - Tab. II, n. 4, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CAberturaMatricula

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 426 - Certidão de Abertura de Matrícula de incorporação ou instituição de condomínio, loteamentos e desmembramentos

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 258 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Inteiro Teor - Registro Civil das Pessoas Naturais).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão verbo ad verbum - Tab. V, n. 4, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CInteiroTeor

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 316 - Certidão de Inteiro Teor - Registro Civil das Pessoas Naturais

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 259 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Casamento lavrado à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de casamento lavrado a vista - Tab. V, n. 1, item II do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CCasamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 318 - Certidão de Casamento lavrado à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Estadual n. 13.671/05, Art. 1º, caput e § 3º - Certidão de 2ª Via de Nascimento, Casamento e Óbito);
-

Regra: 260 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Ata Notarial).

Ato do Regimento de Emolumentos: Ata notarial - Tab. I, n. 10, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EAtaNotarial

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 215 - Escritura de Ata Notarial

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 261 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação de Anotação feita no próprio cartório, em obediência ao regulamento dos registros públicos – RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação (de anotação) -Tab. V, n. 7, item III do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 331 - Certidão de Averbação de Anotação feita no próprio cartório, em obediência ao regulamento dos registros públicos – RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Ato decorrente de Registro Gratuito – RCPN).

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 262 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Autenticação de Documentos - RI).

Ato do Regimento de Emolumentos: Autenticação de cópia de doc. arquivado em cartório - Tab. II, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: Autenticacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 401 - Autenticação de Documentos - RI

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 263 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Autenticação de Documentos - RTD).

Ato do Regimento de Emolumentos: Autenticação isolada de cópia de do. arq. em cartório - Tab. III, n. 4, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: Autenticacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 330 - Autenticação de Documentos - RTD

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 264 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Autenticação de Documentos - RC).

Ato do Regimento de Emolumentos: Autenticação isolada de cópia de doc. arq. em cartório - Tab. IV, n. 4, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: Autenticacao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 317 - Autenticação de Documentos - RC

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 265 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Averbação de Retificação Simples RI).

Ato do Regimento de Emolumentos: Retificação simples - Tab. II, n. 8, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 431 - Averbação de Retificação Simples RI

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 266 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Retificação Simples).

Ato do Regimento de Emolumentos: Retificação simples - Tab. II, n. 8, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 415 - Retificação Simples

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 267 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Averbação de Retificação de Maior Complexidade RI).

Ato do Regimento de Emolumentos: Retificação de maior complexidade - Tab. II, n. 9, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 432 - Averbação de Retificação de Maior Complexidade RI

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido

nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 268 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Retificação de Maior Complexidade).

Ato do Regimento de Emolumentos: Retificação de maior complexidade - Tab. II, n. 9, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 416 - Retificação de Maior Complexidade

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 269 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Título em Inteiro Teor no Registro Auxiliar).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de título - Tab. II, n. 1, item VIII, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 424 - Registro de Título em Inteiro Teor no Registro Auxiliar

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto

preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 270 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Título no Registro Auxiliar).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de título - Tab. II, n. 1, item VIII, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 417 - Registro de Título no Registro Auxiliar

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 271 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de título, contrato ou doc. integral c/ valor - Tab. III, n. 1, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroTD

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 324 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 9.532/97, Art. 64, § 5º - Arrolamento de Bens / Fisco);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto

preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 272 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de título, contrato ou doc. integral / valor - Tab. III, n. 1, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroTD

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 325 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral sem valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 273 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Resumido com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de título, contrato ou doc. res. c/ valor - Tab. III, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroTD

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 326 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Resumido com valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 274 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Resumido sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de título, contrato ou doc. res. s/ valor - Tab. III, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroTD

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 327 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Resumido sem valor

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 275 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação com valor - RTD).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação de registro, com valor - Tab. III, n. 2, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroTD

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 328 - Certidão de Averbação com valor - RTD

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 276 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Averbação sem valor - RTD).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação de registro, sem valor - Tab. III, n. 2, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CRegistroTD

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 329 - Certidão de Averbação sem valor - RTD

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 277 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Cancelamento de Registro com valor - TD).

Ato do Regimento de Emolumentos: Cancelamento de registro, com valor - Tab. III, n. 2, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 345 - Certidão de Cancelamento de Registro com valor - TD

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 278 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Cancelamento de Registro sem valor - TD).

Ato do Regimento de Emolumentos: Cancelamento de registro, sem valor - Tab. III, n. 2, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 346 - Certidão de Cancelamento de Registro sem valor - TD

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 279 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Loteamento e Desmembramento).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro de loteamento - Tab. II, n. 1, item III, do RCE;

Registro de desmembramento - Tab. II, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 418 - Registro de Loteamento e Desmembramento

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);

- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 280 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Averbação de Encerramento de Matrícula na Serventia de Origem).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação sem valor - Tab. II, n. 2, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 412 - Averbação de Encerramento de Matrícula na Serventia de Origem

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Tabela II, n. 2, item III - Averbação de Encerramento de Matrícula);
-

Regra: 281 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Inteiro Teor - Registro de Imóveis).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Reg. Imóveis - Tab. II, n. 3, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CInteiroTeorRI

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 404 - Certidão de Inteiro Teor - Registro de Imóveis

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social - ReurbS - Programa Lar Legal);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 282 - O tipo de procuração utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Procuração sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. Comum - Tab. I, n. 6, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EProcuracao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 239 - Escritura de Procuração sem valor

Tipo de Procuração admitido:

1 – comum.

Explicação: Ao lavrar ato de 'Escritura de Procuração sem valor', espera-se que o tipo da procuração esteja de acordo com o manual do sistema de ressarcimento eletrônico (http://selo.tjsc.jus.br/html/normas_legais.html).

Regra: 283 - O tipo de procuração utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Procuração com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. ad negotia - Tab. I, n. 6, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EProcuracao

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 238 - Escritura de Procuração com valor

Tipo de Procuração admitido:

3 – *ad negotia*.

Explicação: Ao lavrar ato de 'Escritura de Procuração com valor', espera-se que o tipo da procuração esteja de acordo com o manual do sistema de ressarcimento eletrônico (http://selo.tjsc.jus.br/html/normas_legais.html).

Regra: 284 - O tipo de substabelecimento utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Substabelecimento sem valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. Comum - Tab. I, n. 6, item I, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESubestabelecimento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 252 - Escritura de Substabelecimento sem valor

Tipos de Substabelecimentos admitidos:

1 – comum sem reservas;

2 – comum com reservas.

Explicação: Ao lavrar ato de 'Escritura de Substabelecimento sem valor', espera-se que o tipo da procuração esteja de acordo com o manual do sistema de ressarcimento eletrônico (http://selo.tjsc.jus.br/html/normas_legais.html).

Regra: 285 - O tipo de substabelecimento utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Escritura de Substabelecimento com valor).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. ad negotia - Tab. I, n. 6, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: ESubestabelecimento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 251 - Escritura de Substabelecimento com valor

Tipos de Substabelecimentos admitidos:

5 – *ad negotia* sem reservas;

6 – *ad negotia* com reservas.

Explicação: Ao lavrar ato de 'Escritura de Substabelecimento com valor', espera-se que o tipo da procuração esteja de acordo com o manual do sistema de ressarcimento eletrônico (http://selo.tjsc.jus.br/html/normas_legais.html).

Regra: 286 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Genérica - Notas).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Tabelaionato Notas - Tab. I, n. 9, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 445 - Certidão Genérica - Notas

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 155/97, Art. 3º - Certidão de Honorários Advocatícios);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 287 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Genérica - RI).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Reg. Imóveis - Tab. II, n. 3, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 446 - Certidão Genérica - RI

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 6.015/73, Art. 213, §15º c/c Lei Federal 13.465/2017, Art. 13, §1º - Regularização Fundiária de Interesse Social – ReurbS – Programa Lar Legal);
- Isento (Lei Federal n. 9.532/97, Art. 64, § 5º - Arrolamento de Bens / Fisco);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 219/01, Art. 9º - COHAB);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido

nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 288 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de comunicação a outro cartório - RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação (mediante comunicação a outro) - Tab. V, n. 7, item III do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 447 - Certidão de comunicação a outro cartório - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

• Isento (Ato decorrente de Registro Gratuito – RCPN).

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 289 - O ato utilizado não é passível de ressarcimento.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Os atos passíveis de ressarcimento atualmente são:

101 - Instrumento de Protesto, para as espécies de títulos n. 9 Certidão da Dívida Ativa (CDA) e n. 35 – Sentença Judicial (SJ),

103 - Certidão de Cancelamento de Protesto,

105 – Certidão Negativa de Protesto,

106 – Certidão Positiva de Protesto,

201 - Autenticação de Documentos,

202 - Reconhecimento de Firma por Autenticidade,

203 - Reconhecimento de Firma por Semelhança,

204 - Escritura de Compra e Venda,

205 - Escritura de Doação,

206 - Escritura de Reconhecimento de Dívida,

213 - Escritura de Emancipação,

215 - Escritura de Ata Notarial,

217 - Reconhecimento de Firma por Sinal Público,

218 - Escritura de Doação em Adiantamento da Legítima,

219 - Escritura de Adjudicação,

220 - Escritura de Adjudicação de Herança, Legado ou Meação,

221 - Escritura de Arrematação em Hasta Pública,

222 - Escritura de Cessão de Direitos,

223 - Escritura de Dação em Pagamento,

224 - Escritura de Permuta,

225 - Escritura de Promessa de Cessão de Direitos,

226 - Escritura de Promessa de Compra e Venda,

227 - Escritura Declaratória com valor,

228 - Escritura Declaratória sem valor,

229 - Escritura de Desapropriação,
230 - Escritura de Dissolução de Sociedade,
231 - Escritura de Distrato de Negócio,
232 - Escritura de Incorporação e loteamento,
233 - Escritura de Integralização/Subscrição de capital,
234 - Escritura de Retorno de Capital próprio,
236 - Escritura de Inventário e Partilha com valor,
238 - Escritura de Procuração com valor,
239 - Escritura de Procuração sem valor,
240 - Escritura de Revogação de Procuração,
241 - Escritura de Separação e Partilha com valor,
243 - Escritura de Divórcio e Partilha com valor,
245 - Escritura de Dissolução de União Estável com Partilha,
247 - Escritura de Conversão da Separação em Divórcio com Partilha,
249 - Escritura de Partilha,
250 - Escritura de Sobrepartilha,
251 - Escritura de Substabelecimento com valor,
252 - Escritura de Substabelecimento sem valor,
253 - Escritura de Testamento com valor,
254 - Escritura de Testamento sem valor,
256 - Escritura de Revogação de Testamento,
301 - Certidão de Ausência,
302 - Certidão de Casamento,
303 - Certidão de Emancipação,
304 - Certidão de Habilitação de Casamento,
305 - Certidão de Interdição,
306 - Certidão de Morte Presumida,
307 - Certidão de Nascimento,
308 - Certidão de Natimorto,
309 - Certidão de Óbito,
311 – Edital de Proclamas,
312 - Certidão de Personalidade Jurídica,
314 - Certidão de Notificação,
316 - Certidão de Inteiro Teor - Registro Civil das Pessoas Naturais,
317 - Autenticação de Documentos - RC,
318 - Certidão de Casamento lavrado à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório,
320 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica sem fins econômicos,
322 - Certidão de Averbação sem valor - RCPJ,
324 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral com valor,
325 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral sem valor,
326 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Resumido com valor,
327 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Resumido sem valor,
328 - Certidão de Averbação com valor - RTD,
329 - Certidão de Averbação sem valor - RTD,
330 - Autenticação de Documentos - RTD,
331 - Certidão de Averbação de Anotação feita no próprio cartório, em obediência ao regulamento dos registros públicos – RCPN,
332 - Certidão de Averbação de Anulação de Casamento,
333 - Certidão de Averbação de Ato de Restabelecimento de Sociedade Conjugal,

334 - Certidão de Averbação de Divórcio,
335 - Certidão de Averbação de Estrutura de Adoção ou Ato que a Dissolver,
336 - Certidão de Averbação de Ilegitimidade de Filiação,
337 - Certidão de Averbação de Nome ou Abreviatura,
338 - Certidão de Averbação de Sentença que puser termo à interdição, de substituição de curadores de interditos,
339 - Certidão de Averbação de Sentença de Legitimação,
340 - Certidão de Averbação de Sentença de Nulidade,
341 - Certidão de Averbação de Separação Judicial,
343 - Certidão de Cancelamento sem valor - RCPJ,
344 - Certidão de Cancelamento de Registro - RCPN,
345 - Certidão de Cancelamento de Registro com valor - TD,
346 - Certidão de Cancelamento de Registro sem valor - TD,
347 - Certidão de Restauração de Registro - RCPN,
348 - Certidão Notarial,
350 - Certidão Titulos e Documentos,
351 - Certidão de Averbação de Registro - RCPN,
352 - Certidão de Retificação de Registro - RCPN,
401 - Autenticação de Documentos - RI,
404 - Certidão de Inteiro Teor - Registro de Imóveis,
405 - Certidão de Ônus,
406 - Certidão Negativa de Bens,
407 - Certidão Reipersecutória,
408 - Certidão Vintenária,
410 - Averbação com Valor - Registro de Imóveis,
411 - Averbação sem Valor - Registro de Imóveis,
412 - Averbação de Encerramento de Matrícula na Serventia de Origem,
415 - Retificação Simples,
416 - Retificação de Maior Complexidade,
417 - Registro de Título no Registro Auxiliar,
418 - Registro de Loteamento e Desmembramento,
424 - Registro de Título em Inteiro Teor no Registro Auxiliar,
426 - Certidão de Abertura de Matrícula de incorporação ou instituição de condomínio, loteamentos e desmembramentos,
427 - Registro com Valor - Registro de Imóveis,
428 - Registro sem Valor - Registro de Imóveis,
431 - Averbação de Retificação Simples RI,
432 - Averbação de Retificação de Maior Complexidade RI,
434 - Registro de Ausência com certidão (Livro E),
435 - Registro de Emancipação com certidão (Livro E),
436 - Registro de Interdição com certidão (Livro E),
437 - Registro de Morte Presumida com certidão (Livro E),
438 - Certidão Negativa – RCPN,
439 - Certidão de averbação de registro - RCPN,
440 - Certidão de anotação feita no próprio cartório, em obediência ao regulamento dos registros públicos – RCPN,
445 - Certidão Genérica – Notas,
446 - Certidão Genérica – RI,
447 - Certidão de comunicação a outro cartório – RCPN,
449 - Certidão de Registro de União Estável – RCPN,

- 450 - Registro de Opção de Nacionalidade com certidão (Livro E),
451 - Registro de Sentença Homologatória de Adoção Ocorrida no Exterior com certidão (Livro E),
452 - Registro de Ato Civil Ocorrido no Estrangeiro com certidão (Livro E),
453 - Registro de União Estável com certidão (Livro E),
455 - Registro de Opção de Nacionalidade com certidão (Livro E),
456 - Registro de Sentença Homologatória de Adoção Ocorrida no Exterior com certidão (Livro E),
457 - Registro de Ato Civil Ocorrido No Estrangeiro com certidão (Livro E),
458 - Registro de Divórcio com certidão (Livro E),
459 - Registro de Conversão de Separação em Divórcio com certidão (Livro E);
460 – Apostila de Haia.
-

Regra: 290 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Negativa de Protesto).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Tabelionato Notas - Tab. I, n. 9, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CNegativaProtesto

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 105 - Certidão Negativa de Protesto

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 155/97, Art. 3º - Certidão de Honorários Advocatícios);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 291 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Opção de Nacionalidade com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 450 - Registro de Opção de Nacionalidade com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 292 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Sentença Homologatória de Adoção Ocorrida no Exterior com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 451 - Registro de Sentença Homologatória de Adoção Ocorrida no Exterior com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 293 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Ato Civil Ocorrido no Estrangeiro com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 452 - Registro de Ato Civil Ocorrido no Estrangeiro com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 294 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão Positiva de Protesto).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Tabelionato Notas - Tab. I, n. 9, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CPositivaProtesto

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 106 - Certidão Positiva de Protesto

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 155/97, Art. 3º - Certidão de Honorários Advocatícios);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 295 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Certidão de Registro de União Estável - RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Certidão Pessoa Natural - Tab. VII, n. 1, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CCasamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 449 - Certidão de Registro de União Estável – RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 296 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de União Estável com certidão).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CCasamento

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 453 - Registro de União Estável com Certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 102, § 2º - Medidas de Proteção);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 35, 'o' - Entidade Sem Fim Lucrativo Declarada de Utilidade Pública Estadual);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 297 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Opção de Nacionalidade com certidão (Livro E)).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 455 - Registro de Opção de Nacionalidade com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 298 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Sentença Homologatória de Adoção Ocorrida no Exterior com certidão (Livro E)).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 456 - Registro de Sentença Homologatória de Adoção Ocorrida no Exterior com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 299 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Ato Civil Ocorrido No Estrangeiro com certidão (Livro E)).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 457 - Registro de Ato Civil Ocorrido No Estrangeiro com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 300 - Diante do tipo de cobrança indicado ('Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)'), o solicitante do ato apontado está equivocado.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 301 - Diante do tipo de cobrança indicado ('Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça)'), o solicitante do ato apontado está equivocado.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça)', deve-se observar o contido na orientação n. 16, itens 'C' e 'D', desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 302 - Delegatário inerte: não requereu o ressarcimento na forma da Circular n.º da Circular n.º 169/2015 e Comunicado n.º 9/2015.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Deve-se observar o contido nas orientações da Circular n.º 169/2015 e Comunicado n.º 9/2015 desta Corregedoria-Geral da Justiça (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 303 - Delegatário manifestou-se: não tem interesse no ressarcimento.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: O delegatário renunciou o pedido do ressarcimento

Regra: 304 - O selo foi anulado após o envio do ato para o Poder Judiciário.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: O selo foi anulado posteriormente sua entrada no sistema de ressarcimento

Regra: 305 - Ausência/incompletude/obscuridade/incongruência do solicitante indicado.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Conferir a Orientação n.º 15 (constante do link 'Orientações' no campo 'Destaques' do Portal do Extrajudicial).

Regra: 306 - Registro requerido em duplicidade.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Regra: 307 - O solicitante indicado não está de acordo com a Circular n. 138/2017 – Averbação de Anotação – ou – Averbação mediante comunicação a outro (Tab. V, n. 7. III. Do RCE)

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Conferir a Circular n. 138/2017 - Tipo de Cobrança: • Isento (Ato decorrente de Registro Gratuito – RCPN) - Averbação de Anotação – ou – Averbação mediante comunicação à outro (Tab. V, n. 7. III. Do RCE)

Regra: 308 - Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Regra: 309 - Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Regra: 310 – Averbação de CPF requerida em duplicidade no mesmo assento.

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 439 - Certidão de averbação de registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

• 45 - Isento (Provimento CNJ N. 63/2017, art. 6º, §2º e §3º);

Explicação: Conforme a Circular n. 1/2019 desta Corregedoria-Geral da Justiça expedida nos Autos n. 0000063-98.2018.8.24.0600, e ata de reunião com a ARPEN/SC à respeito de seu pedido de reconsideração, será feita somente uma averbação por assento. Nos casamentos, por exemplo, será feita uma única averbação de registro - RCPN para ambos os nubentes.

Regra: 311 – Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Nas informações complementares há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN").

Regra: 312 – O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 313 – Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado + Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado e o tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção.

Regra: 314 – Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado + Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado e nas informações complementares/descrição há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN").

Regra: 315 – Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado + O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado e o tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal. A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 316 – Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção + Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção e nas informações complementares/descrição há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por

exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN").

Regra: 317 – Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção + O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção e o tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal. A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 318 – Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição. + O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Nas informações complementares/descrição há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN") e o tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal. A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 319 – Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado + Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção + Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado e o tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção e nas informações complementares/descrição há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN").

Regra: 320 – Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado + Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção + O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado e o tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção e o tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal. A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 321 – Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado + Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição + O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado e nas informações complementares há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN") e o tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal. A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 322 – Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção + Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição + O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção e nas informações complementares/descrição há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN") e o tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal. A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 323 – Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado + Tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção + Ausência/incompletude/obscuridade ou incongruência na descrição contida no campo informações complementares/descrição + O tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Diante do tipo de cobrança indicado, o solicitante está equivocado e tipo do Ato não corresponde ao permissivo legal da isenção e nas informações complementares/descrição há necessidade de ser registrado um resumo do ato praticado. O delegatário deverá, ao praticar o ato, descrever no campo indicado para "Informações Complementares" ou "descrição" o ato realizado, primando pela objetividade, clareza e concisão. É vedada a descrição do ato de forma genérica (por exemplo: "Certidão de retificação, averbação, restauração ou cancelamento de registro - RCPN"). E o tipo de cobrança utilizado não está em consonância com a fundamentação legal. A isenção do ato praticado é prevista em lei, que autoriza a criação de um tipo de cobrança que compõe uma das informações necessárias do selo digital. Caso o ato seja praticado com tipo de cobrança diverso daquele que se fundou a gratuidade, o ato será bloqueado. Por exemplo, é vedada a utilização do tipo de cobrança para atos gratuitos solicitados por entes públicos, quando o ato originou-se de uma ordem judicial em execução fiscal. É oportuno dizer, que existe tipo de cobrança específico para os atos oriundos de execução fiscal.

Regra: 350 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Divórcio com certidão (Livro E)).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 458 - Registro de Divórcio com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 351 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Registro de Conversão de Separação em Divórcio com certidão (Livro E)).

Ato do Regimento de Emolumentos: Registro - Tab. V, n. 1, item III, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 459 - Registro de Conversão de Separação em Divórcio com certidão (Livro E)

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública);
- Isento (Lei Federal n. 8.069/90 - ECA, Art. 141, § 2º - Ação Judicial Infância e Juventude);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', deve-se observar o contido nas orientações 7 e 15 desta Corregedoria-Geral da Justiça para o correto preenchimento do solicitante como sendo o efetivo requerente do ato (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 352 - O tipo de ato utilizado (Edital de Proclamas) não corresponde a uma hipótese válida para o tipo de cobrança utilizado - Isento (Publicação de Edital de Proclamas em serventia diversa, no caso de Habilitação gratuita).

Ato do Regimento de Emolumentos: Tab. V, n. 5, item II, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: EditalProclamas

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 311 - Edital de Proclamas

Tipos de cobrança admitidos:

- Isento (Publicação de Edital de Proclamas em serventia diversa, no caso de Habilitação gratuita).

Explicação: O tipo de cobrança "Isento (Publicação de Edital de Proclamas em serventia diversa, no caso de habilitação gratuita)" foi criado para abarcar a hipótese dos editais de proclamas advindos de outras serventias, expedidos em habilitações gratuitas. Ressalta-se que o edital de proclamas, nesse caso, deverá ser emitido com o selo da serventia de destino. (Comunicado n. 4/2016, disponível em <http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>).

Regra: 353 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Instrumento de Protesto) com a espécie de título Sentença Judicial.

Ato do Regimento de Emolumentos: Protesto de Título - Tab. I, n. 7, item I

Modelo do sistema do Selo Digital: InstrumentoProtesto

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 101 - Instrumento de Protesto

Espécie do título : 35 - Sentença Judicial (SJ)

Tipo de cobrança admitido:

- Isento (Lei Federal n. 13.105/2015 – CPC, Art. 98, § 1º, IX, Gratuidade da Justiça);
- Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais);

Explicação: Em se tratando de hipótese de isenção decorrente de Gratuidade da Justiça, necessário sejam informados os dados do processo judicial em que deferido o benefício. Do contrário, não será possível realizar-se a vinculação do ato ao processo, impossibilitando o ressarcimento do ato gratuito praticado. O protesto do tipo sentença judicial pode ser ressarcido juntamente com os demais atos gratuitos. O protesto do

tipo CDA pode ser ressarcido no sistema de Ressarcimento de CDA, que possui regramento próprio.

Regra: 354 - O tipo de cobrança utilizado não corresponde a uma hipótese válida para o tipo do ato praticado (Apostila de Haia).

Ato do Regimento de Emolumentos: Procuração ou subst. Comum - Tab. I, n. 6, item I, do RCE

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 460 – Apostila de Haia

Tipo de cobrança admitido:

- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos);
- Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, §1º - Autarquias Federais);

Explicação: Em se tratando de hipótese de isenção decorrente de Gratuidade da Justiça, deve-se observar o contido nos Autos CGJ n. 0000327-52.2017.8.24.0600, conforme Circular n. 72/2017, bem como a correta indicação do solicitante, que será a própria denominação do ente público – órgão da administração direta do Poder Executivo – requerente, ex: Secretaria de Estado da Casa Civil de Santa Catarina.

Regra: 359 – O tipo de ato utilizado (Registro sem Valor - Registro de Imóveis) não aceita a hipótese de lavratura de Abertura de Matrícula (tipo de registro/averbação Abertura de Matrícula).

Modelo do sistema do Selo Digital: AtoArtigo183Lei6015

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 428 – Registro sem Valor - Registro de Imóveis

Explicação: Em se tratando de Abertura de Matrícula de incorporação ou instituição de condomínio, loteamentos e desmembramentos, favor atentar para os requisitos contidos na regra n. 257 do Manual do Sistema de Ressarcimento Eletrônico.

Regra: 360 - Diante do tipo de cobrança indicado 'Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública)', o solicitante do ato apontado está equivocado.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Federal n. 6.830/80, Art. 39 - Execução Fiscal / Fazenda Pública)', deve-se observar que não hipótese de gratuidade para pessoas físicas.

Regra: 361 - Diante do tipo de cobrança indicado (Isento (Lei Federal n. 9.532/97, Art. 64, § 5º - Arrolamento de Bens / Fisco)), o solicitante do ato apontado está equivocado.

Modelos do sistema do Selo Digital: CRegistroTD e AtoArtigo183Lei6015

Tipos de ato do sistema do Selo Digital:

324 - Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral com valor

427 - Registro com Valor - Registro de Imóveis

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Federal n. 9.532/97, Art. 64, § 5º - Arrolamento de Bens / Fisco)', para os atos 'Certidão de Registro de Título, Contrato ou Documento Integral com valor' e 'Registro com Valor - Registro de Imóveis', deve-se observar que não hipótese de gratuidade para pessoas físicas.

Regra: 362 - Diante do tipo de cobrança indicado ('Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - Juizados especiais)'), o solicitante do ato apontado está equivocado.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei 9.099/95, art. 54 - juizados especiais)', deve-se observar que o solicitante é o beneficiário da gratuidade e não a pessoa jurídica de direito público (ex.: estado, município, prefeitura, secretarias, cras, ministérios).

Regra: 363 – O campo referente a descrição do documento não deve conter caracteres de escape, tais como “Não Informado”, zeros ou pontos, e deve conter um resumo do ato autenticado ou reconhecido.

Modelo do sistema do Selo Digital: Autenticacao, RecFirmaAutenticidade, RecFirmaSemelhanca, RecFirmaSinalPublico

Tipos de ato do sistema do Selo Digital:

201 - Autenticação de Documentos;
317 - Autenticação de Documentos – RC;
330 - Autenticação de Documentos – RTD;
401 - Autenticação de Documentos – RI;
202 - Reconhecimento de Firma por Autenticidade;
203 - Reconhecimento de Firma por Semelhança;
217 - Reconhecimento de Firma por Sinal Público;

Explicação: Em se tratando de tipo de ato elencado na presente regra, deve-se observar que o campo referente a descrição do documento não deve conter caracteres de escape, tais como “Não Informado”, zeros ou pontos, e deve conter um resumo do ato autenticado ou reconhecido.

Regra: 364 – Diante do tipo de cobrança indicado 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)' o conteúdo informado no ato não se coaduna com o solicitante.

Modelo do sistema do Selo Digital: Autenticacao, RecFirmaAutenticidade, RecFirmaSemelhanca, RecFirmaSinalPublico

Tipos de ato do sistema do Selo Digital:

201 - Autenticação de Documentos;
317 - Autenticação de Documentos – RC;
330 - Autenticação de Documentos – RTD;
401 - Autenticação de Documentos – RI;
202 - Reconhecimento de Firma por Autenticidade;
203 - Reconhecimento de Firma por Semelhança;
217 - Reconhecimento de Firma por Sinal Público;

Explicação: Em se tratando de tipo de cobrança 'Isento (Lei Complementar Estadual n. 156/97 - RCE, Art. 33, caput e §3º - Entes Públicos)', para os atos elencados na presente regra, deve-se observar que os atos praticados para as associações, entidades, clubes, organizações, APAE's, APP's, ONG's etc., não se configuram como atos praticados para o ente público.

Regra: 365 – Informações ausentes no campo de número do assento da averbação de CPF (Certidão de averbação de registro – RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 439 - Certidão de averbação de registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

• 45 - Isento (Provimento CNJ N. 63/2017, art. 6º, §2º e §3º);

Explicação: Conforme a Circular n. 1/2019 desta Corregedoria-Geral da Justiça expedida nos Autos n. 0000063-98.2018.8.24.0600, é obrigatório informar o número do assento (numeroAssento) do registro de nascimento, óbito ou casamento, quando da averbação do CPF.

Regra: 366 – Informações de NOME e/ou CPF ausentes no campo de descrição da certidão de averbação de CPF (Certidão de averbação de registro – RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 439 - Certidão de averbação de registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

• 45 - Isento (Provimento CNJ N. 63/2017, art. 6º, §2º e §3º);

Explicação: Conforme a Circular n. 1/2019 desta Corregedoria-Geral da Justiça expedida nos Autos n. 0000063-98.2018.8.24.0600, é obrigatório informar O Nome e o CPF da pessoa que está tendo seu CPF averbado na descrição (descricaoCertidao ou observacoes) da certidão de averbação do registro - RCPN.

Regra: 367 – Não encontrada a certidão atualizada (2ª via) que corresponda a averbação de CPF (Certidão de averbação de registro – RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 439 - Certidão de averbação de registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

• 45 - Isento (Provimento CNJ N. 63/2017, art. 6º, §2º e §3º);

Explicação: Conforme a Circular n. 1/2019 desta Corregedoria-Geral da Justiça expedida nos Autos n. 0000063-98.2018.8.24.0600, o campo obrigatório de número do assento (numeroAssento) do registro de nascimento, óbito ou casamento, quando da averbação do CPF, foi utilizado para identificar a certidão de 2ª via sem sucesso ou, conforme a mesma Circular, o número do selo da Averbação do CPF não conta no campo observações do ato de certidão atualizada (2ª via).

Regra: 368 – A certidão atualizada (2ª via) correspondente à averbação de CPF (Certidão de averbação de registro – RCPN) não foi emitida no prazo de 05 (cinco) dias da data da certidão de averbação.

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 439 - Certidão de averbação de registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

• 45 - Isento (Provimento CNJ N. 63/2017, art. 6º, §2º e §3º);

Explicação: Conforme a Circular n. 1/2019 desta Corregedoria-Geral da Justiça expedida nos Autos n. 0000063-98.2018.8.24.0600, as respectiva certidões atualizadas devem ser finalizadas até, no máximo, 05 (cinco) dias da data (dataAto) do

ato de Averbação do CPF. Não é possível retificar a data do ato original, pois cada ato possui sua própria data. O retificador é outro ato, portanto possui sua própria data.

Regra: 369 – CPF duplicado. O CPF informado já foi utilizado em outro ato de certidão de averbação de CPF (Certidão de averbação de registro – RCPN).

Ato do Regimento de Emolumentos: Averbação - Tab. V, n. 6, do RCE.

Modelo do sistema do Selo Digital: CGenerica

Tipo de ato do sistema do Selo Digital: 439 - Certidão de averbação de registro - RCPN

Tipos de cobrança admitidos:

• 45 - Isento (Provimento CNJ N. 63/2017, art. 6º, §2º e §3º);

Explicação: Conforme a Circular n. 1/2019 desta Corregedoria-Geral da Justiça expedida nos Autos n. 0000063-98.2018.8.24.0600, somente uma averbação de CPF será permitida devendo os demais registros serem anotados.

Regra: 370 – Tipo/Número do processo judicial informado é inválido.

Modelo do sistema do Selo Digital: Todos

Explicação: Em se tratando de hipótese de isenção de emolumentos referente ao ato praticado em benefício de ente público e/ou autarquia federal e for informado que a solicitação é judicial, deve-se, obrigatoriamente, informar o número válido do processo judicial, não sendo possível realizar-se o ressarcimento do ato gratuito praticado. Não se admite, portanto, sejam enviadas informações de escape, sequências de número zero, expressões do tipo "não informado" e número do processo fora do padrão CNJ.
